

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Federações em contagem regressiva

A turma do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já fez chegar ao PSB e ao PT que não haverá prorrogação do prazo para definição das federações. Isso significa que, até 2 de março, tudo deve estar definido.

### Resta uma

Os mensageiros do TSE, porém, não avisaram aos políticos o que será feito do pedido do PTB ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a federação seja considerada inconstitucional. A maioria dos partidos não coloca muita fé nessa ação do PTB.

### O recado dos dirigentes

O MDB e o PSDB do Distrito Federal, que surgem como um dos entraves à federação entre os dois partidos, não terão força para barrar os entendimentos, caso os maiores colégios eleitorais se entendam. Pelo menos, é assim que os tucanos tratam desse caso.

### Izalci x Ibaneis

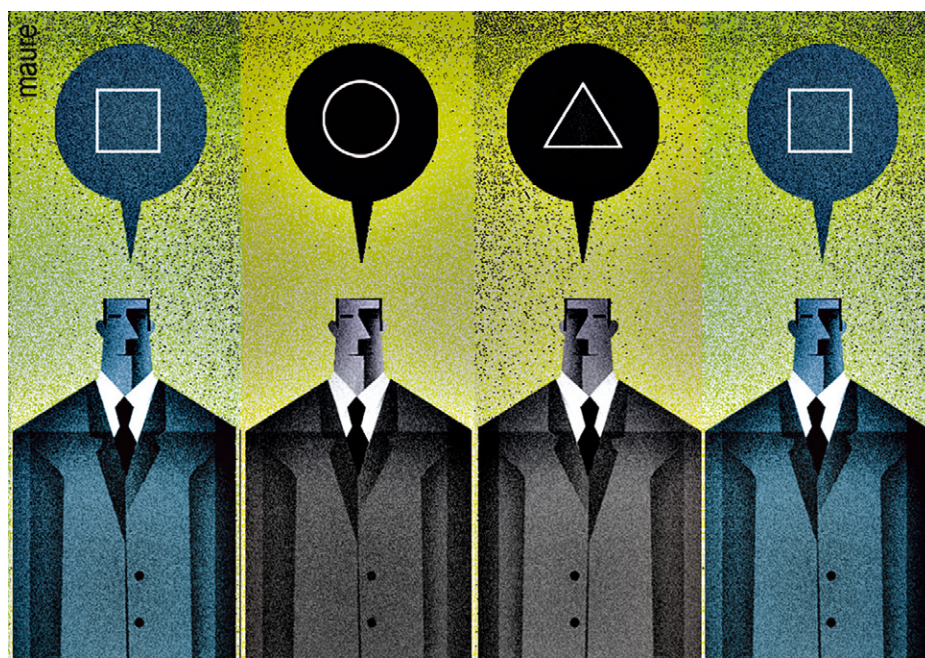
Até aqui, conforme antecipou o *Blog da Denise* (leia no site do **Correio**), o líder do PSDB no Senado e pré-candidato a governador, Izalci Lucas, diz, com todas as letras, que Ibaneis Rocha terá que procurar outro partido se quiser ser candidato à reeleição, porque, afinal, não apoiou Baleia Rossi para a Presidência da Câmara. Ibaneis, que no cargo de governador tem a prerrogativa de concorrer à reeleição, se limita a dizer que Izalci "fala muito".

# PSDB e MDB no papel de contraponto ao Centrão e ao PT

Ainda que não consigam fechar uma federação em tempo de concorrer às eleições deste ano, por causa do prazo muito curto, os dirigentes do MDB e do PSDB vislumbram continuar as conversas para conseguir, no pós-eleição, fortalecer a posição no Congresso. Federados ou não, esses dois partidos calculam que, juntos, poderão conseguir retomar o poder da Casa, hoje nas mãos do grupo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do PL, Valdemar Costa Neto, e do Republicanos do deputado Marcos Pereira (SP).

Nesse sentido, tanto os tucanos quanto os emedebistas retomam a aproximação que

funcionou no governo Michel Temer, quando Bruno Araújo, atual presidente do PSDB, foi ministro das Cidades, José Serra, de Relações Exteriores, e Antônio Imbassahy, da secretaria de Governo. No caso do Cidadania e do União Brasil, com quem mantêm boa convivência, muita gente do PSDB e do MDB acredita que serão capazes de fazer um jogo de comprometer os projetos de reeleição de Arthur Lira lá na frente. Obviamente, tudo isso precisa ser combinado com o eleitor que elegerá deputados em outubro. Porém sabe como é: em política, cada peça se move já pensando num movimento futuro. E, nessa união, PSDB-MDB, o cálculo segue por aí. Lira que se cuide.



## CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



**Tenho esperança de que os partidos possam concluir que, para se chegar à federação, é preciso ter equilíbrio de forças. Se for para viver brigando, é melhor cada um cuidar da sua vida"**

**Do presidente do PSB, Carlos Siqueira (foto), referindo-se às discussões sobre federação com o PT. A próxima reunião para buscar esse equilíbrio está marcada para a próxima quarta-feira.**

**Tchau, tucanos/** O ex-líder do PSDB na Câmara Rodrigo de Castro (MG) avisou a alguns correligionários quer pretende sair do partido. Quer um espaço mais confortável para garantir a reeleição. O ninho tucano em Minas está apertado para garantir a reeleição de todos. A tendência é de que Rodrigo vá para o PSD, mas ainda não está fechado.

**Por falar em Minas.../** A posse de Antonio Anastasia no Tribunal de Contas da União (TCU) forçou um encontro dos adversários de outubro para o governo do estado, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Khalil (PSD), e o governador Romeu Zema (Novo), candidato à reeleição. Khalil tem sido cortejado por petistas e pelos partidos que buscam quebrar a polarização.

**ELEIÇÕES** Presidente do TSE, Luís Roberto Barroso afirma que "não gosta da ideia de banir uma plataforma", mas reconhece que não há controle sobre ela. Tentativas de contatar os administradores têm sido infrutíferas

# Vácuo favorece o Telegram

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou que "não gosta da ideia de banir uma plataforma", ao ser questionado sobre a falta de controle do Telegram em relação ao pleito de outubro. Mas isso não quer dizer ele seja contrário a alguma espécie de restrição ao aplicativo, pois disse que "não gosta da ideia de haver venda de armas em uma plataforma".

O Telegram é acusado de ser uma plataforma sem qualquer controle do conteúdo compartilhado. Nela transitam, sem qualquer censura, as desinformações sobre os mais variados temas e teorias conspiracionistas de toda espécie. Além disso, por meio do aplicativo não existe qualquer restrição a negócios ilícitos como venda de drogas, armas, cédulas falsas ou de divulgação de conteúdo violento.

A rede social, nascida na Rússia e hoje sediada em Dubai, nos Emirados Árabes, não limita o encaminhamento de mensagens, como faz o WhatsApp — pertencente ao conglomerado tecnológico Meta, do bilionário Mark Zuckerberg. O crescimento do aplicativo vem desafiando as autoridades brasileiras por causa da possibilidade de as mensagens que transitam no Telegram influenciarem negativamente nas eleições de outubro.

"Qualquer ator relevante na comunicação social tem que estar sujeito à Justiça brasileira. O grande fator de desestabilização democrática no mundo tem sido o uso abusivo das redes sociais", acusou o presidente do TSE.

O TSE vem tentando contatar com os representantes do aplicativo, mas sem sucesso. A

dificuldade maior é por causa da falta de escritório de representação no Brasil. "O tribunal entrou em contato com a plataforma, por algumas vezes, e após não ser bem-sucedido nas tentativas informais, encaminhou um ofício com o objetivo de formalizar uma cooperação que vise combater a desinformação", informou o TSE.

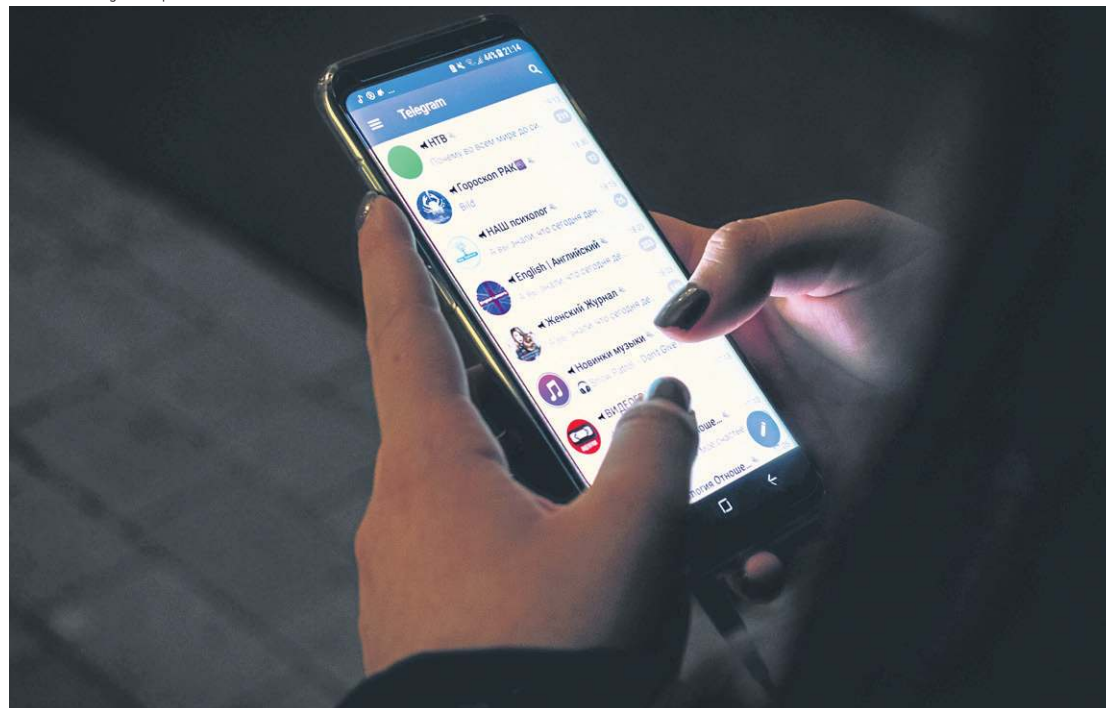
### Sem controle

A discussão sobre o eventual banimento do Telegram tem sido uma das saídas apontadas, nos bastidores do tribunal, por ministros e especialistas para evitar a disseminação de fake news e discursos de ódio. Por estarem presentes no Brasil, as empresas ficam sujeitas à legislação do país, o que as torna passíveis de responsabilização pela falta de controle e da não suspensão de conteúdo considerado ilícito.

Na avaliação da advogada criminalista Hanna Gomes, a lei brasileira está muito aquém do que a realidade precisa quando se trata de controle das plataformas virtuais. "O Brasil demorou para estabelecer o Marco Civil da Internet e, mesmo após 2014, não houve, ainda, uma integração com toda a legislação. Não há dispositivos específicos para combater a cibercriminalidade, incluindo a fake news", alerta.

Hanna explica que a responsabilização das empresas virtuais ainda é um processo delicado para a legislação brasileira, pois não há balizas legais para regular o ambiente virtual. "Isso combinado com a nossa Constituição pode gerar ideia de censura em casos de bloqueios ou impedimentos ao funcionamento de plataformas de comunicação", ressalta.

Christian Wiediger/Unsplash



Aplicativo sediado em Dubai tornou-se área livre para a desinformação e negócios ilícitos



**Qualquer ator relevante na comunicação social tem que estar sujeito à Justiça brasileira. O grande fator de desestabilização democrática no mundo tem sido o uso abusivo das redes sociais"**

**Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE**

# Incerteza é a marca do União Brasil hoje

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai discutir, na próxima terça-feira, o julgamento do pedido de fusão do DEM e PSL, para formar o União Brasil (UB). O relator é o ministro Edson Fachin e, caso o pedido seja aprovado, a legenda terá a maior bancada na Câmara. Mas nem isso é capaz de indicar que rumo seguirá a agremiação.

A documentação está na Corte eleitoral desde novembro passado. A obtenção do registro na Justiça Eleitoral é fundamental para que possa lançar candidatos nas eleições de outubro. O UB vai ter como presidente Luciano Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública e que tomará na campanha.

Até abril, a sigla divulgará se lança candidato ao Palácio do Planalto ou se indica um vice na chapa de algum presidencial. O ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro pode trocar o Podemos pelo UB, presença que virou motivo de discórdia dentro da legenda.

O presidente Jair Bolsonaro também tenta uma aproximação com o União, podendo abrir mão de nomes de bolsonaristas nos estados para fechar uma coligação. Em outra ponta, o UB não afasta formar uma coligação com a pré-candidata do MDB Simone Tebet.

Na avaliação do cientista político Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública e governo pela Fundação Getúlio

Vargas de São Paulo (FGV-SP), a sigla vai ter um papel importante na próxima legislatura. "Deve ser a maior bancada da Câmara. Isso dá um grande poder e mordem, também, uma fatia maior dos fundos partidários eleitorais", ressalta. Se aprovado, o UB terá a fatia mais generosa de recursos públicos para financiamento de campanha — R\$ 160 milhões.

### Dúvidas

Mesmo abocanhando boa parcela dos fundos eleitoral e partidário, a criação do UB ainda desperta dúvidas. Os líderes do DEM e do PSL, até agora, não se manifestaram sobre possíveis bandeiras do partido e a falta de

posições claras pode enfraquecer futuras alianças.

"Qual é a ideologia desse partido? Ele defende os trabalhadores? Empresários? É uma coisa indefinida em termos programáticos. Isso empobrece o debate e não sabemos quais são as propostas para esse novo partido para o Brasil", observa Leonardo Queiroz.

O cientista político e sócio Arko Advice Lucas de Aragão aponta que a legenda pode nascer desunida. "O ACM Neto, por exemplo, é contra apoiar o Bolsonaro. Já Ronaldo Caiado é contra apoiar Moro. Me parece, hoje, uma fusão mais por sobrevivência do que por unidade ideológica", destaca. (LP)